



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III - Nº 20 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 91 - Cr\$ 150,00

O "Emendão" dará poderes ditatoriais a Collor para pôr em prática o plano Antinacional e Antipopular. O que pretendem é acabar com a estabilidade do funcionalismo, entregar o setor de petróleo à exploração estrangeira (Imperialista), acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, acabar com o ensino universitário gratuito, e atacar os salários e os empregos. Através do Conselho de Estado e das negociações do Entendimento Nacional, os capitalistas preparam um novo ataque contra a nação e os trabalhadores. Buscam a unidade para se confrontar com as massas oprimidas.

Abaixo o governo pró-imperialista de Collor !

Abaixo o pacote antinacional e antipopular !

Os trabalhadores têm saído a luta por todo o país, apesar da conduta das direções que têm bloqueado o conflito de classes com a linha do Entendimento Nacional (Pacto Social). Greves nacionais de bancários, petroleiros, gasistas, de categorias como professores, lixeiros, etc e várias greves por fábrica marcaram neste mês a retomada do ascenso grevista. A CUT, em Congresso Nacional, não foi capaz de apresentar uma perspectiva de unificação de todas essas lutas, devido à burocratização da Central e dos Sindicatos, produzida pela linha reformista, impotente diante da crise. É preciso organizar a luta nacional de massas por:

Salário Mínimo Real - Cr\$ 180 mil em setembro, com

Escala Móvel de Salários

Redução da jornada de trabalho com escala móvel de emprego

Em defesa do estatismo, contra as privatizações, ocupar as estatais - lutar pelo controle operário - Por uma Frente Revolucionária Antimperialista !

Em defesa das Ocupações - Terra para todos no Campo e na Cidade

**Preparar a greve geral
por tempo indeterminado**

**Participe da
Campanha Financeira da T POR
Contribua para a construção do
Partido Revolucionário**

Compareça à palestra que realizaremos sobre

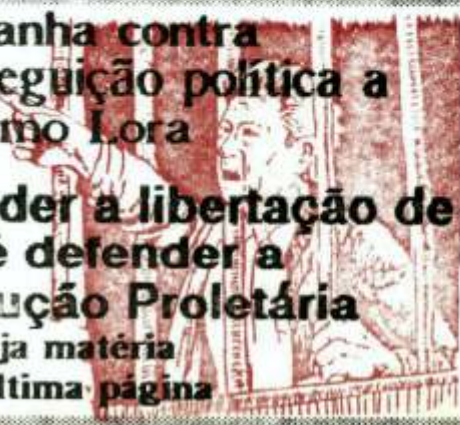
**As Concepções
da Revolução Brasileira**

Data: Sábado - 12 de outubro - às 15 horas
Local: Av. São José, 54 - Diadema - SP

**Campanha contra
a perseguição política a
Guillermo Lora**

**Defender a libertação de
Lora é defender a
Revolução Proletária**

Veja matéria
na última página



A REFORMA PRÓ-IMPERIALISTA DE COLLOR

O governo exige dos partidos da oposição burguesa que o apoiem em alguns pontos da reforma constitucional, caso contrário a crise econômica financeira se tornará incontornável. Segundo os ministros econômicos, sem que se aumente a arrecadação do Tesouro urgentemente e se reduza mais drasticamente ainda os gastos da União, o governo não terá sequer como pagar o funcionalismo público. A reforma constitucional contida no Emendação seria a via da solução da falência financeira do Estado e o meio para o país retornar o desenvolvimento da economia.

Na verdade, esta condição não se origina das necessidades nacionais e sim das exigências do imperialismo. No recente reatamento com o PMI, a reforma constitucional foi o ponto chave das negociações. Os emissários do Fundo condicionaram as relações das metrópoles com o Brasil a mais ampla abertura das fronteiras nacionais.

A Constituição de 1987 é protecionista. Discrimina o capital nacional do estrangeiro. Assegura reserva de mercado, mantém o monopólio estatal de ramos estratégicos e limita a liberdade de penetração do grande capital internacional. Tais restrições se tornaram insustentáveis para o imperialismo, mergulhado na crise de superprodução e dividido em torno da guerra comercial.

Toda América Latina vem se curvando frente à estratégia de recolonização norte-americana, que consiste em impor a entrega das estatais e desnacionalização do mercado interno. Mais do que isso, o restabelecimento das relações

capitalistas no Leste Europeu, Rússia e China expressa a ofensiva do imperialismo, necessária para seu equilíbrio provisório.

Como se vê, trata-se de um fenômeno geral de avanço da reação, que obtém maior controle das economias atrasadas e destruição das conquistas históricas do proletariado. Não há, neste sentido, porque o Brasil não se submeter à "nova ordem" da opressão nacional.

Collor põe o problema justamente nestes termos. As frações do capital com interesses internos não poderão manter a resistência no Parlamento, no aparelho do Estado e imobilizar o governo pró-imperialista.

Fazem parte do conjunto as medidas antipopulares, como o fim da estabilidade, a aposentadoria por tempo de serviço, fim do ensino público universitário, as demissões em massa e redução salarial.

Não se trata simplesmente do conflito jurídico constitucional, mas sim da luta intestina no seio da burguesia nacional e de seu Estado, motivada pelas pressões internacionais. Porém, em último termo, a burguesia entreguista se volta contra as massas oprimidas, sobre as quais descarrega o peso de toda opressão.

Os reformistas fazem demagogia se colocando no quadro da discussão constitucional e parlamentar. A política do proletariado consiste em pôr em pé um movimento de massa antiimperialista, que ganhe as ruas.

A crise do Entendimento Nacional

Um dos pontos do programa eleitoral de Collor era de ser um governo independente dos poderosos grupos econômicos. O outro palavreado era o de governar para os "descamisados". Em pouco tempo, a divisão interburguesa em torno do Plano recessivo e antinacional abriu uma enorme crise de governabilidade.

A poderosa crise econômica, imposta em grande medida de fora do país, exige uma rígida e totalitária centralização do Estado, uma vez que os exploradores têm que sacrificar duramente a vida da maioria explorada. A falta de unidade burguesa e o crescente descontentamento dos assalariados, que tendem para as lutas unitárias, vêm golpeando os objetivos de Collor.

A bandeira do entendimento Nacional cumpre a função de chamar a burguesia a se perfilar no âmbito da linha pró-imperialista e antipopular, para confrontar as massas atingidas.

Em resposta, o PSDB lançou o chamado do governo de coalizão. O PMDB se dispôs a trabalhar pela sustentação da governabilidade. E o PDT não se negou a apoiar Collor em alguns aspectos de sua política. Todos dizem que acima do governo em decomposição está o interesse da nação, o que quer dizer os interesses

gerais dos capitalistas.

Frente ao mar de escândalo de corrupção e fracasso ministerial, os partidos democratizantes burgueses, cada um a seu modo, reclamam como ponto de partida do Entendimento a moralização e a reforma ministerial. Ao mesmo tempo em que estão obrigados a escorar o governo contra as massas e amenizar o conflito interno à burguesia, disputam influência no poder do Estado.

Este acontecimento traduz a impotência dos partidos opositores diante da ofensiva do imperialismo, responsável em última instância pela desintegração da economia. A busca do Entendimento expõe as raízes antinacionais e antipopulares dos partidos democratizantes.

A fração revolucionária do proletariado luta dos desmascarar os vendilhões e pela independência de classe dos assalariados. Chama a não confiar nas manobras burguesas e a se levantar massivamente contra o governo e sua política reacionária do Entendimento Nacional. Nenhum sacrifício mais pode ser aturado. As massas não mais podem suportar nos ombros o governo corrupto e antipopular, bem como os partidos que o sustentam.

Reunião do Conselho da República Complô contra a nação e os trabalhadores

Os membros do Conselho da República, reunidos pela primeira vez, saíram do Planalto com a orientação de manter em sigilo o conteúdo exposto pelo governo. O que mostra o caráter totalitário desse organismo e conspirativo contra a nação e os trabalhadores. Apesar disso, não foi possível manter o total segredo, dada a enorme crise política que domina o governo.

A alta cúpula se mostrou favorável em dois pontos centrais: 1) remover os obstáculos que limitam a intervenção do capital estrangeiro; 2) acabar com a estabilidade do funcionalismo, bem como com a forma atual de aposentadoria. Assim a via antinacional e antipopular de Collor foi aceita pelo Conselho da República, que reúne os maiores expoentes da política burguesa.

A finalidade deste fato é a de o governo conseguir "apoio" no Congresso para impor ao país e às massas as reformas ditadas pelo imperialismo. Collor utilizou-se da crise política, originada do impasse de seu Plano antinacional, para disciplinar o Parlamento e reunir forças para atacar violentamente as massas.

Embora o Conselho da República apareça como decorativo na situação, funciona como uma ameaça totalitária da ditadura civil e como sinal da necessidade do Executivo tutelar o Parlamento.

O importante está em que, por detrás deste acontecimento, se acoberta a tendência fascizante do governo, que não tem como implantar suas medidas reacionárias senão pela força.

A luta aberta das massas contra o governo pró-imperialista se impõe. Ela se dará defendendo o estatismo contra o entreguismo, as conquistas dos trabalhadores ameaçadas e as reivindicações vitais.

Collor continua a recessão

O Orçamento da União para 1992 prevê a receita de 51,3 trilhões de cruzeiros. Porém, deste total cerca de 4,6 trilhões, menos de 10%, poderão ser utilizados pelo governo. A maior parte do orçamento está comprometida com o pagamento da dívida externa e interna, na ordem de 23,9 trilhões de cruzeiros. O restante se destina para o pagamento de pessoal (apenas 4,97 trilhões), transferência para estados e municípios, sistema financeiro de habitação, etc. Por esses números, o governo prevê crescimento zero do Produto Interno Bruto e nenhum aumento de emprego. Como a população ativa cresce a 2,5% ao ano, o aumento do desemprego será de milhões. Faz parte, também, da previsão a queda da massa salarial em cerca de 5%, o que significa ampliação da pobreza e redução da capacidade do mercado interno.

A decadência do capitalismo se mostra abertamente. Dados como esses são indicadores da quebra da economia nacional: "Em 1970, nada menos de 71,6% das receitas eram disponíveis, 16,3% vinculadas e 12,1% obrigatoriamente transferidas. Já no orçamento do próximo ano (1992) se verifica que do total das receitas apenas 19,1% ficam à disposição do governo central, 66,5% estão vinculadas

e 14,1% representam meras transferências" (Estadão 04.09). Dos 19,1% disponíveis, apenas 10% poderão ser aplicados no desenvolvimento produtivo, uma insignificância. Observa-se que os 66,5% vinculados nada mais são do que endividamento da União, cuja origem se encontra na agiotagem internacional, no parasitismo da burguesia nacional e corrupção.

Diante à destruição da capacidade do Estado investir, as estatais estão obrigadas a reduzir em 22,2% de seu orçamento, ou seja, de 18,63 bilhões para 14,55 bilhões.

Num país semicolonial e atrasado, como o Brasil, o maciço investimento estatal é decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas. A sua falência conduz ao sucateamento das estatais e do conjunto da economia. A política de pagar o endividamento parasitário é imposta pelo FMI. Esta é a via do imperialismo amenizar o impacto da crise mundial sobre as metrópole e implantar a estratégia da desnacionalização. As massas pagam com o desemprego aberto e rebaixamento catastrófico do nível de vida.

Está aí a explosão do ciclo recessivo e da crise de um país que carece de desenvolvimento econômico.

Capitalismo e Desemprego

Somente em São Paulo há um milhão e duzentos mil desempregados, segundo dados dos empresários (PIESP). Porém, há fontes que estimam uma taxa bem superior. A crescente economia informal, constituída de subempregados, reflete o aumento do desemprego nos grandes centros urbanos. É reflexo também a proliferação da marginalidade, que atinge inclusive milhares de menores.

A existência do desemprego é própria do regime capitalista de exploração do trabalho. Além de não comportar emprego a todos, a manutenção do exército de desempregados é necessária para os capitalistas controlarem o mercado de mão de obra e explorá-lo para seus fins lucrativos.

Em tempos normais, os capitalistas conseguem acobertar a desgraça do desemprego, pelo fato de não aparecer como crise social. Mas, nos momentos em que a economia entra em recessão e destrói milhões de empregos, a massa de desempregados manifesta o caráter de exploração e barbárie do regime burguês de produção.

No Brasil, por ser um país atrasado, mesmo em situações normais o desemprego crônico se mantém. Com a quebra econômica, potencia a grande crise social latente. Milhares de famílias passam a viver de migalhas, bicos e uma parcela é jogada na marginalidade. O fato de na última década o Brasil ter estagnado e até regredido economicamente não pôde incorporar uma multidão na força produtiva, o que preparou um quadro de decomposição social extraordinário. Estão aí as centenas e centenas de famílias sem teto, como prova mais contundente do sacrifício imposto pelo regime capitalista de produção.

A perspectiva traçada pela política antinacional de Collor é do desemprego avançar em escala jamais vista no país. A continuar a marcha recessiva, o desemprego poderá atingir mais de 20 milhões, segundo estimativas do próprio governo. O que mostra a putrefação desta forma econômica de exploração do trabalho, historicamente caduca, que para se manter está obrigada a mutilar uma parcela significativa dos assalariados, criando um verdadeiro flagelo humano.

As massas, ao lutarem pelo direito ao trabalho, terão de defender a escala móvel de horas de trabalho, que significa dividir as horas nacional de trabalho entre todos os assalariados. Os capitalistas dirão que isto é impossível porque acabaria com seus lucros e inviabilizaria a exploração. A resposta é que o capitalismo deve ser destruído e em seu lugar construído o regime socialista de propriedade coletiva.

Contra o desemprego em massa, defender a escala móvel de trabalho

O avanço do desemprego assinala a decomposição do sistema econômico burguês. Impõe-se aos assalariados se organizar num movimento massivo pelo direito ao trabalho. A bandeira que de fato é capaz de defender a vida da família trabalhadora é a escala móvel das horas de trabalho. O seu conteúdo está em dividir as horas nacionais de trabalho entre todos os trabalhadores, o que reduziria drasticamente a jornada, a taxa de exploração capitalista e erradicaria de vez com o desemprego.

A burocracia sindical é a primeira a dizer que isto é inviável, pois acabaria com a economia. Naverdade, estão defendendo a existência do desemprego, necessário para o funcionamento do regime de escravidão assalariada. As massas não têm que se sacrificar, deixando-se destruir pelo desemprego, para proteger a economia de exploração.

A luta pela escala móvel do trabalho vem justamente para se opor ao capitalismo, pois emprego pleno e o funcionamento burguês da produção são opostos. A defesa da escala móvel de horas de trabalho é uma bandeira para as massas se chocarem contra um dos pilares de sustentação da exploração e avançarem rumo à sua destruição, que dará lugar à sociedade socialista dos meios de produção, onde as massas não conhecerão o desemprego.

Impõe atuar nos sindicatos defendendo a unidade entre empregados e desempregados. Há que se defender a formação dos comitês de luta, que deverão unir as fábricas, os campos e os bairros populares, onde se concentra a massa de desempregados.

Cresce a Opressão Nacional e Social

O orçamento recessivo e concentrador de rendas atingirá duramente a economia do Brasil. Porém, quem receberá o brutal impacto da quebra econômica e da queda da massa salarial, provocada pelo desemprego de milhões e pelo arrocho, é a maioria assalariada. O governo Collor ao se dispor a atender às pressões dos banqueiros internacionais e do grande capital interno parasitário para destinar a maior parte do orçamento a favor dos credores coloca o Estado à mercê da opressão nacional e social.

Esta irracionalidade evidencia como os exploradores não têm outra via de solução para a crise estrutural capitalista senão golpeando a débil economia atrasada e sacrificando a vida das massas. Sequer o emprego e o mínimo de sobrevivência a classe burguesa pode assegurar aos assalariados

e às novas gerações de trabalhadores que necessitam trabalhar.

Ao atender às pressões recolonizadoras do imperialismo, o governo e os impotentes partidos democratizantes transformam a opressão nacional (imperialista) em aterradora opressão social (mutilação da vida de milhões de pessoas).

Desta forma, a resistência ao desemprego, arrocho e a destruição dos serviços sociais deve fazer parte da luta de massa contra a ofensiva imperialista, encabeçada pelo governo antinacional de Collor. Cabe à CUT e aos sindicatos chamarem as assembleias sindicais e populares para preparar o combate à via pró-imperialista e antipopular do governo, de forma que desemboque num movimento geral das massas, dirigidas pelo proletariado.

Os Vetos de Collor a Política Salarial

O Presidente Collor vetou alguns pontos da política salarial aprovada no Congresso. Collor eliminou a elevação do salário mínimo para 46 mil em outubro, o reajuste bimestral do mínimo pelo INPC, o gatilho para as faixas de 3 a 7 mínimos, a incorporação dos abonos aos salários, etc. Assim, por enquanto, o salário mínimo ficará congelado em 42 mil.

A política salarial aprovada pelo Congresso, defendida pelas oposições, não era muito diferente da proposta do governo. Os partidos democratizantes já haviam iniciado as negociações com o governo com uma proposta miserável de 60 mil para o salário mínimo, e dispostos a não estabelecer a escala móvel para todas as faixas. Quase chegaram a um acordo com o governo, faltou apenas 2 mil cruzeiros para chegarem ao consenso (o governo queria o mínimo a 40 mil e as "oposições" a 42 mil).

Assim, a política salarial aprovada já era uma capitulação ao governo. A proposta estava tão próxima daquilo que pretendia Collor que só foram necessários alguns retoques para se chegar à política salarial governista.

A vergonhosa submissão do parlamento mostra a impossibilidade de vir qualquer conquista para os trabalhadores através dos conchavos dos políticos burgueses. Só conseguiremos impor nossas reivindicações com a luta nacional de massa. Cabe à CUT e aos sindicatos lançarem a luta pelo Salário Mínimo Real (180 mil) com escala móvel e preparar a greve geral por tempo indeterminado para arcaná-lo.

O Reformismo abriu mão do piso do Dieese

Os deputados petistas e a direção da CUT não levantaram em nenhum momento o piso salarial do DIEESE, que é uma reivindicação do movimento. Preferiram se colocar por trás da proposta da Comissão de Trabalho da Câmara Federal. Pretendiam assim substituir a luta pelo salário mínimo real pelo apoio parlamentar ao setor "progressista" da burguesia. O resultado foi que acabaram apoiando uma política salarial de fome. Esse é o resultado do "sindicalismo de conquistas" da direção cutista: mais arrocho e miséria.

Deputado da Convergência vota contra

O deputado Ernesto Gradella, ligado à CS, votou sozinho contra a política salarial das "oposições". Alegou que o mínimo de 42 mil é miserável e que o correto seria o mínimo do DIEESE. Até aí, tudo bem. Só que não basta declarar isso no parlamento, é preciso uma campanha de luta de massa para impô-lo ao governo e aos patrões. Mas a CS não tem feito isso nos sindicatos que dirige. Assim, sua defesa do mínimo do DIEESE é apenas formal. É preciso colocá-la na prática.

Lutar contra a Privatização da Usiminas

O procurador geral da República, Aristides Junqueira, deu um parecer que considera ilegal o decreto de privatização da Usiminas. A medida se baseia na ilegalidade da forma de pagamento que admitia a compra de ações da Usiminas com títulos da dívida da Siderbrás. Agora, a decisão caberá ao Congresso Nacional.

O episódio mostra a divisão ainda existente no interior da burguesia em relação às privatizações. O vai e vem da privatização da Usiminas já passou pela suspensão judicial do leilão, efetuada por um juiz de Minas Gerais e a cassação dessa mesma suspensão pelo Tribunal Regional Federal. Agora a polêmica vai ao Congresso.

A fração burguesa estatizante (nacionalista), que no passado se valeu do estatismo para proteger-se economicamente, tem se mostrado incapaz de defender seus próprios interesses oligárquicos perante a desnacionalização. O reformismo petista se encolhe e permite a entrega nacional ao imperialismo. Isso tem deixado livre o caminho para Collor privatizar.

As privatizações pretendem entregar ramos-chaves da economia ao imperialismo. Isso implicará no aumento da opressão nacional, pois levará ao maior controle da economia nacional pelo capital externo e aumentará a exploração.

Contra essa perspectiva é preciso levantar a luta da nação oprimida contra as nações opressoras (luta ant imperialista).

A defesa do estatismo só pode ser assumida pelo proletariado, dada a impotência da burguesia nacional. A luta contra as privatizações assume, por isso, um caráter ant imperialista, antiburguês, portanto, anticapitalista. Cabe a luta para pôr em pé a Frente Revolucionária Ant imperialista.

Contribua para a Campanha Financeira da T.POR

IV CONCUT:

Um Congresso Para o Entendimento Nacional

O IV Congresso da CUT dos dias 4, 5, 6, 7 e 8 revelou o adiantado grau de burocratização da Central. Evidenciou seu afastamento das massas assalariadas e sua incapacidade de responder à ofensiva antinacional e antipopular do governo Collor. Os 1.500 delegados não chegaram à unidade sequer para a aprovação de um Plano mínimo de lutas. Predominou a linha do Entendimento Nacional. Ou seja, a de se evitar que a CUT adotasse

uma política de ação de massa, e a de se apoiar nas negociações de cúpula (Fóruns, Parlamento) com a burguesia e seu governo.

O bloco composto pela Articulação, Nova Esquerda, Vertente Socialista e PCB arrastou o CONCUT por detrás da movimentação burguesa a favor de assegurar a governabilidade de Collor, golpeada pelo retorno da explosiva crise econômica financeira. Ao se votar o apoio à nova política salarial, aprovada no parlamento, que mantém o salário mínimo a um terço do seu valor real e assegurar a expropriação salarial pela inflação, o IV CONCUT traiu claramente os interesses das massas famintas, protegendo a superexploração do trabalho.

Eis porque o CONCUT não pôde responder revolucionariamente à diretriz

de Collor de aprofundar a recessão, desnacionalizar a economia pela desestatização e abertura de mercado, bem como de favorecimentos fiscais ao capital estrangeiro, e de descarregar todo peso da crise sobre a maioria oprimida. Não foi capaz de rechaçar o Emendão, que acaba com a conquista histórica de estabilidade do funcionalismo público e possibilita ampliar o desemprego. Não foi capaz de se colocar a tarefa de impulsionar as ocupações de terra e organizar o movimento dos sem-terra juntamente com o do proletariado.

Desta forma, o IV CONCUT refletiu as pressões da burguesia e seu Estado, em que o bloco da Articulação funcionou como canal. Pressões essas voltadas a inutilizar a CUT como organismo de frente única dos explorados contra os exploradores.

A campanha governista de desestatização

O governo tem feito uma propaganda nos meios de comunicação (TV, rádio, jornais) com o objetivo de ganhar apoio para a desestatização (privatização). Seu lema é "Porque privatizar uma empresa estatal que funciona? Para que funcione melhor". O tema da campanha mal consegue esconder o conteúdo real das privatizações. Antes, o governo sustentava que era necessário privatizar as estatais porque davam prejuízo ao governo, portanto seriam danosas ao bolso do contribuinte. Agora, já não dá mais para dizer isso, porque as privatizações começaram justamente pelas estatais que dão lucro. As privatizações vão apenas beneficiar os capitalistas que vão comprá-las a preço de banana e terão altos lucros.

O fato é que os tubarões que adquirirem as estatais vão procurar explorá-las ao máximo. Demitirão muitos funcionários e aumentarão o ritmo de trabalho dos outros. Os preços dos produtos também serão aumentados, e quem pagará será o assalariado. E o governo não poderá fazer nada porque as estatais são ramos-chaves da economia, que darão enorme poder aos seus proprietários.

É preciso que a CUT e os sindicatos façam a campanha contra as privatizações, defendendo a ocupação das empresas e o controle operário.

As Contradições do Bloco de esquerda

A direitização da Articulação, caracterizada por defender a conciliação de classes como saída para a crise (Entendimento Nacional) e vincular a CUT definitivamente à central social-democrata CIOLS (pró-capitalista), obrigou um alinhamento inédito de correntes como Convergência Socialista, Cut pela Base (Democracia Socialista), O Trabalho, PLP, PC do B, etc. Este alinhamento à esquerda poderia ter obtido a maioria no CONCUT caso a Articulação não houvesse fraudado a composição da delegação e não tivesse impugnado parte dos delegados de Minas Gerais e Bahia. O fato do PC do B ter se colocado do lado da ala esquerda desequilibrou o quadro anterior de forças, embora também determinadas correntes como a Cut pela Base e CS tenham ganho terreno, devido precisamente à evolução direitista da Articulação.

Em algumas votações, o bloco de esquerda se diferenciou por posições progressistas, como a de rechaçar a filiação à CIOLS e rejeitar a linha do Entendimento Nacional, ainda que nesta última questão não fosse consequente. Entretanto, o agrupamento não se deu sob base programática, que conferisse um princípio de unidade real contra a ala social-democrata e pela independência política da CUT frente ao Estado. As relações aparelho-opportunistas também determinaram o caráter do agrupamento opositor.

Algumas votações centrais demonstram essa caracterização. Enquanto a CS chamava a condenar a nova política salarial, O Trabalho defendia apenas a condenação ao veto presidencial e propunha greve geral

Nesta questão de grande importância, os parlamentares do PC do B haviam votado com os parlamentares do PT (Articulação, Nova Esquerda) no parlamento burguês, aprovando o projeto da Comissão de Trabalho do Congresso Nacional. Por isso, no CONCUT, seus delegados não podiam votar pela sua negação. Esta contradição mostra que a oposição do PC do B ao Entendimento Nacional é apenas de tática e não de conteúdo, uma vez que sustentar a política salarial de fome do parlamento é realizar um tipo de Entendimento com a burguesia.

Houve uma votação, pouco valorizada, mas muito significativa. Diz respeito ao rechaço ao presidencialismo e ao parlamentarismo e defesa da bandeira fora o governo Collor. O PC do B se absteve, juntamente com outras correntes do bloco de esquerda. Embora não indicasse um conteúdo estratégico revolucionário claro, pois teria de fazer a defesa do governo operário e camponês (ditadura proletária), a formulação de nem presidencialismo, nem parlamentarismo, fora Collor poderia ser utilizada contra a manobra burguesa. A abstenção do PC do B indicou sua rejeição de se opor às manobras democrático-burguesas de solução da crise de regime.

Por essas votações, verificamos o caráter oportunista e aparelhista (luta sem princípio pela direção) da unidade da ala esquerda do IV CONCUT. Este fato assinala a ausência de uma forte fração revolucionária, que, ainda que minoritária, pudesse expressar a política estratégica do proletariado contra o direitismo da Articulação e o oportunismo das esquerdas.

As Raízes da burocratização da CUT

Uma parte das correntes opositoras ao bloco da Articulação concluiu que a CUT está se burocratizando ou se burocratizou. Esta apreciação apoia-se no fato da burocracia ter manipulado o IV CONCUT para manter a maioria. E isto aconteceu sob a base das mudanças estatutárias ocorridas no III CONCUT, que modificaram o procedimento de tirada de delegados, antes mais democrático, o que permitia maior expressão das bases. Reforça esta tendência burocrática o fato do IV CONCUT introduzir novas mudanças de controle cupulista, como a de transformar as Regionais em subseções da direção Estadual. Estas mudanças têm evidenciado a necessidade da Articulação exercer maior domínio da CUT pela via do aparelho.

Atualmente, a estrutura de funcionamento da CUT se distancia das formas iniciais de seu nascimento em que as regionais tinham um importante papel de vínculo da vanguarda com as lutas e em que a formação das oposições sindicais era vital para seu erguimento. O esvaziamento da base militante da CUT facilita o controle aparelhista. Assim, a direção passa a se apoiar na casta burocrática dos sindicatos, composta por seus diretores adaptados ao carreirismo sindical e avessas à luta de classes.

Todas as mudanças estatutárias visavam apoiar estritamente a CUT nas burocracias sindicais, enquanto que em seu nascimento, em parte, se assentava numa vanguarda militante independente das diretorias. Esta

é a forma de negar a CUT como uma direção direta das massas a nível nacional. A Articulação a concebe como uma somatória de burocratas de sindicatos. Trata-se de uma concepção corporativista da CUT, que expressa os interesses das castas mais poderosas do sindicalismo (Lula, Meneghelli, Gilmar Carneiro).

Uma CUT vinculada diretamente às massas e dirigente de movimentos nacionais, cuja base se encontre na necessidade histórica de unir o proletariado ao camponês pobre, não corresponde aos objetivos políticos da burocracia reformista.

E quais são eles? São os da estratégia do PT, do governo democrático e popular e da tática de aliança com setores da burguesia. A Articulação encarando consequentemente a estratégia do governo democrático e popular, que no seu conteúdo econômico é reformista burguês (sustenta o Estado capitalista). O domínio da CUT por tal direção a anula como instrumento revolucionário e a transforma em órgão de colaboração de classe, exercida pela burocracia em ligação com o parlamento, governo e partidos burgueses.

As correntes opositoras de esquerda, com a CS, DS, O Trabalho, etc, são oportunistas e inconsequentes justamente porque se negam a encontrar as raízes da burocratização da CUT na estratégia do governo democrático e popular do PT e a defender a estratégia da revolução proletária.

Por uma CUT Revolucionária

O IV CONCUT se caracterizou pelo distanciamento da central da vida dos assalariados. A sua direção burocratizada se contrapõe a uma central de luta de classes. Está em contradição com a necessidade dos oprimidos se aglutinarem na central como um organismo de centralização nacional das massas. Historicamente, uma central operária é construída para alcançar a unidade dos explorados contra os exploradores e seu Estado. A dispersão e fragmentação enfraquece a ação direta da classe operária e reduz a quase nada a capacidade de enfrentamento das massas com a burguesia, poderosamente centralizada no Estado e escorada no aparelho repressivo.

A central é revolucionária quando serve de canal orgânico dos oprimidos, de forma que permita a ampla atividade coletiva dos assalariados. Com a intensificação da crise e o sacrifício dos trabalhadores, a central passa a jogar um papel de grande importância para elaborar o programa de resistência e de combate aos capitalistas e seu governo, em torno do qual se constrói a independência de classe.

Através da luta direta e unidade contra a superexploração e a opressão social, a central serve de instrumento para as massas chegarem aos grandes problemas nacionais e compreenderem seu papel histórico de destruição do capitalismo. Em nosso país, uma CUT revolucionária seria um órgão de luta antiimperialista e anticapitalista, ou seja, uma direção proletária da maioria nacional oprimida, capaz de se colocar como auxiliar da luta estratégica por um governo operário e camponês, protagonista ao lado do partido revolucionário da revolução proletária.

O IV CONCUT, ao se negar sequer a unificar os trabalhadores pelas reivindicações elementares, demonstrou a necessidade de se varrer a direção burocrático-reformista. Esta tarefa implica na construção de uma fração revolucionária no seu interior, que se distingue por defender a construção de uma direção proletária, que encarne a estratégia da ditadura e revolução proletárias. Com tal direção, a CUT poderá se constituir na expressão direta das massas oprimidas em luta contra o capitalismo.

O Alcoolismo nos metalúrgicos de São Bernardo

Em estudo feito na categoria dos metalúrgicos, constatou-se que 11,17% dos 188 casos avaliados pelo médico do trabalho, Dr. Nilton Teixeira, eram de alcoolismo e distúrbios neuro-psiquiátricos.

Constata-se que as condições de trabalho, os baixos salários da categoria e o temor do desemprego está desestabilizando o equilíbrio psico-social dos trabalhadores.

Os salários da categoria tem uma perda, de março de 90 à junho de 91 de 42,6%. O DIEESE afirma que seguindo a mesma política salarial de hoje, um metalúrgico levaria cerca de 25 anos para ganhar o mesmo que ganhava em 1982. Os dados indicam, também, que o número de demissões no último ano chegou a 20.781 metalúrgicos.

Tal estudo põe a nu a humi-

lhante situação de milhares de trabalhadores, que num quadro de profunda recessão, estão sendo encaminhados para a destruição física.

A política entreguista e antinacional de Collor em nada contribui para as condições de vida das massas se modifique, pelo contrário, aprofunda a crise social.

As eleições no Sindicato dos Frios de São Paulo

As eleições sindicais nos Frios-SP, realizadas nos últimos dias 09, 10, 11 de setembro foram marcadas pelas agressões físicas da diretoria do sindicato (chapa 1 - ligada à corrente Causa Operária) sobre a oposição 'Ação Direta', defendida pela T-POR. Contra o golpe eleitoral, a oposição

defendeu o voto nulo sobre a base do programa classista. A direção do sindicato tentou impedir à força a distribuição dos boletins. É dever de toda a vanguarda condenar o totalitarismo de Causa Operária e defender a democracia operária, independente de quaisquer outras divergências.

Processo eleitoral deixa de fora os trabalhadores

Oposição defendeu voto nulo programático contra o golpe eleitoral e em defesa da democracia operária

As eleições para a diretoria do sindicato tiveram um caráter formal e fraudulento. Em primeiro lugar, não foram convocadas amplamente nas fábricas. A maioria dos trabalhadores não sabia, até 10 dias da eleição, quando elas aconteceriam ou quando seria realizada uma convenção para escolher a chapa da CUT.

A convenção realizada às escondidas e o edital publicado apenas num jornal burguês configuraram um verdadeiro golpe eleitoral. Seu objetivo era impedir a participação da oposição e dos trabalhadores de base no processo, para que a corrente que controla o sindicato pudesse continuar a fazê-lo sem problemas. Assim, os trabalhadores não puderam influir na formação da atual diretoria, nem decidir conscientemente sobre a futura direção e seu programa.

A chapa foi formada através da utilização da campanha de emergência pelos 100%, lançada pelo sindicato em julho, e que não foi levada ao confronto com os patrões. Mostrou-se uma campanha com objetivos eleitoreiros, onde a diretoria ligada à CO pretendeu aproximar trabalhadores para construir sua chapa para as eleições. O resultado é uma direção que conta com elementos que estão há vários anos fora da fábrica e vivem do sindicato (Carlito, Gilson, Lucia, Amadeu), alguns militantes de Causa Operária que nem mesmo são da categoria (foram "enfriados" há algumas semanas em fábricas de frios para poder compor a chapa) e trabalhadores que se aproximaram na campanha de emergência fajuta, que não foram tes-

tados pela luta, nem foram indicados por seus colegas de fábrica.

Nos dias de eleição, chegou às fábricas um "programa" de chapa 2. Nele se falou de democracia operária, de luta pelas reivindicações e contra a rotatividade, da construção de CIPA's combativas e de comissões de fábrica. A visão que essa corrente tem de democracia operária se resume à construção de um colegiado para dirigir o sindicato. A democracia é para eles só para a cúpula que controla o sindicato. "Esquecem-se" da soberania e sistematicidade das assembléias, do direito de livre expressão e divergência, do controle das bases sobre a direção, etc. Sua prática de expurgos na diretoria, paralisa de pelo menos 6 meses onde tudo era decidido pela corrente e aplicado pelo presidente, e a sustentação financeira de sua corrente pelo sindicato mostra que não apenas não defendeu a democracia operária, como são opostos a ela.

Quanto à luta pelas reivindicações, os trabalhadores são testemunhas de que há 3 anos não se organiza a luta na classe. As greves que ocorreram nesse período foram em sua maioria espontâneas. Todas as campanhas salariais têm se encerrado com acordos miseráveis.

Em relação às "CIPA's combativas", todos sabem que os patrões podem indicar 50% dos seus membros e o presidente, e ainda disputar no voto os outros 50%. Todas as CIPA's têm, assim, maioria patronal, portanto nunca são "combativas". Quando o sindicato encobre essa questão fundamental mostra na prática a renúncia

à construção das comissões de fábrica autênticas e a sua substituição pela intervenção eleitoral nas CIPA's.

A POSIÇÃO DA "AÇÃO DIRETA"

A oposição foi impossibilitada de participar da convenção e da construção da chapa, devido ao golpe eleitoral promovido pela atual diretoria do sindicato. Diante dessa situação, a eleição ocorreu com chapa única. Era necessário encontrar uma maneira de intervir no processo, dando expressão política ao repúdio dos trabalhadores contra o golpe eleitoral que os impediu de escolher livre e conscientemente sua direção, e defender o programa de classe que encarna a democracia operária, a independência política, a defesa das reivindicações e a luta pelo fim da exploração. Não cabia chamar um simples boicote, que se confundiria com a atitude do setor atrasado da classe, que não participa do sindicato, nem expressaria a defesa ativa do programa defendido pela oposição.

Por isso, a oposição defendeu o voto nulo sobre a base do programa, contra o golpe eleitoral, em defesa da democracia operária, pelas reivindicações das massas, rumo à greve geral. O voto nulo assumiu, então, a defesa do sindicato enquanto organização e instrumento de ação direta da classe contra a exploração, porque ele só será isso de fato se estiver munido de uma direção comprometida com o programa classista, o que implica na organização de uma oposição que travará a luta para varrer com a burocracia e devolver o sindicato aos trabalhadores.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01057 - SÃO PAULO - SP

Frios-SP - Agressão aos opositores: Prova Final de Burocratização

As agressões físicas, cometidas pela chapa I, na porta da Frigobrás e da Bordon mostraram que o sindicato está burocratizado. Quer dizer que os trabalhadores já não o controlam mais, uma casta burocrática o dirige e se vale disso para privilegiar a si e a sua corrente política. Um sindicato burocratizado é incapaz de defender a democracia operária porque não pode permitir que os trabalhadores questionem sua direção. É obrigado a utilizar-se de meios cada vez mais próximos aos da burguesia para impedir que a classe possa avaliar sua conduta e sua política. A agressão física procura esconder as posições políticas e bloqueia a possibilidade de julgamento pela classe, violando um ponto fundamental da democracia operária.

A forma de agressão, com a utilização inclusive de barras de ferro e martelo, mostram que foi premeditada. Ao utilizar a agressão como método próprio, o grupo que controla o sindicato mostra que perdeu qualquer ligação com a classe, qualquer princípio político proletário. A agressão para tentar impedir a expressão da oposição demonstra como é inaceitável e impossível defender politicamente o parasitismo da corrente Causa Operária sobre o sindicato. Através do voto nulo defendido pela oposição, muitos trabalhadores poderiam expressar sua desaprovção ao aparelhismo. Foi isso que os burocratas tentaram evitar com agressões.

Uma agressão contra a democracia operária e uma agressão contra os trabalhadores

A agressão tentou explicitamente impedir a distribuição do boletim da oposição. Causa Operária tentou mostrar aos trabalhadores que não admitia a construção de uma oposição. Comprovou ser uma corrente totalitária no movimento sindical.

Defendemos o direito de expressão política e de construção de oposições sindicais como ponto fundamental da democracia operária. O direito de oposição e livre manifestação é necessário para que todas as correntes do movimento expressem abertamente sua política. Somente assim os trabalhadores podem julgar, decidindo conscientemente por aquele que expresse seus interesses.

É legítima a luta para conquistar posições no movimento sobre a base da luta política. O método do proletariado consiste em aplicar a democracia operária para construir sua direção, e modificá-la para que esteja de acordo com as necessidades da luta de classes. O método da burocracia sindical é oposto: procura impor sua linha e manter-se no controle do aparelho sindical a qualquer preço. É uma consequência de sua integração nas relações do Estado capitalista por isso assumem os métodos da agressão; é obrigada a negar a democracia operária para manter seus privilégios, sob o regime de exploração de classe.

Somente uma direção revolucionária, baseada no programa classista, pode garantir a democracia operária, porque parte da defesa sistemática de luta contra a exploração, rumo à destruição do capitalismo.

Causa Operária:

A difamação como instrumento de luta

O método da difamação, da mentira e da agressão utilizado por Causa Operária serviu para despolitizar o processo eleitoral. Ao invés de defender sua política e sua gestão no sindicato, preferiu mentir dizendo que a oposição era "paga pelos patrões da Bordon" ou um "grupo paramilitar". Tentaram assim jogar os trabalhadores contra a oposição, independente de consciência política, ao contrário, baseando-se no seu atraso.

A violência dos operários contra a exploração de classe é positiva porque encarna o instinto de classe. Quando os operários ocupam terras porque não tem onde morar, ou quando quebram ônibus ou peruas "fura greve", etc., estão enfrentando seus inimigos de classe que os exploram todos os dias.

O fracasso da CO em atirar os trabalhadores contra a oposição mostra que sua conduta não tem a aprovação da classe. A violência de trabalhadores contra trabalhadores não é método político, mas o da burocracia sindical e da própria burguesia. Devemos repudiar esse método totalitário e exigir a democracia operária, que permite aos assalariados ganharem unidade para enfrentar a violência dos exploradores.

Diretoria não aceita ser avallada nas urnas

As eleições adquiriram um caráter plebiscitário. A diretoria ligada ao Causa Operária seria julgada pelos 6 anos de controle sobre o sindicato. Seria julgada por não ter organizado as comissões de fábrica, por não ter realizado companhias salariais de luta, por não ter aplicado a democracia operária, por ter aparelhado o sindicato, etc.

Infelizmente, o golpe eleitoral impediu a inscrição de uma oposição e colocou todo o processo eleitoral nas mãos de uma única corrente, que não tem independência em relação

ao sindicato, pois mantém uma relação parasitária com ele. Assim, não há nada que possa garantir a legitimidade das apurações.

Sabemos, porém, que no último dia das eleições muitos não haviam votado ainda, e a chapa I pedia desesperadamente que o fizessem.

A tarefa colocada aos trabalhadores conscientes é a organização ao redor do programa de classe, construindo a oposição e preparando o terreno para arrancar o sindicato da burocracia e devolvê-lo à classe.

A CUT deve se posicionar contra a conduta da diretoria do sindicato dos Frios

A CUT deve se posicionar sobre os fatos ocorridos nas eleições dos Frios. O sindicato é filiado a CUT, que tem registrado em seu programa como princípio básico a democracia operária. O golpe eleitoral dado ao estilo dos piores pelegos e as agressões físicas e difamações para intimidar a oposição (também custista) devem ser duramente condenadas. A omissão diante de tais fatos pode enlamear o nome da central pela conduta de uma corrente degenerada. A direção da CUT, dos sindicatos e de todas as correntes políticas devem se posicionar na defesa da democracia operária. Não podemos permitir que essas atitudes se tornem hábito em nosso meio.

**Para varrer com a burocracia sindical é necessário
construir as frações revolucionárias**

TÊXTEIS - SP:

PELEGOS APROVAM ASSISTENCIAL DE 16% E MANTEM CAMPANHA PARALISADA

A assembléia realizada dia 8 não serviu para organizar a luta. Praticamente, só se discutiu o desconto assistencial. A oposição só teve 3 minutos para se opor ao assalto que a diretoria, ligada à Porça Sindical, quer jogar sobre os trabalhadores: 16% a menos nos salários de novembro. Enquanto isso, 4 diretores se inscreveram para chantagear a classe ameaçando paralisar o assistencialismo do Sindicato. Sem direito a ouvir a defesa da oposição, a assembléia foi obrigada a engolir mais esse ataque aos seus salários.

O dinheiro do assistencial não é gasto a favor dos trabalhadores. O sindicato não comparece às fábricas, não publica boletins regulares, não presta constas. O assalto de

22% de descontos assistenciais do ano passado só mesmo os burocratas sabem para onde foi.

Enquanto isso a campanha salarial permanece estagnada. Nem mesmo a comissão de negociação, alardeada pelo Sr. Queiroz, e que seria eleita em assembléia, foi tirada. Assim, por enquanto a campanha salarial se resume nos conchavos entre a cúpula burocrática do sindicato e os patrões.

A oposição têxtil continua sua luta para construir os comandos de mobilização nas fábricas, única forma de levar a campanha salarial à greve, sem a qual não haverá conquista.

ALPARGATAS:

Não às demissões - Ocupar e Resistir !

Já faz algum tempo que o grupo Alpargatas vem trabalhando para fechar a seção de confecções da fábrica 2 (no complexo Mooca), e transferir a produção para outros lugares. Os patrões também têm procurado inserir empreiteiras para substituir o trabalho de funcionários da Alpargatas. Se

eles tiverem sucesso, vão ocorrer ainda mais demissões do que as que temos assistido até agora. Basta ver o que aconteceu recentemente na Staroup.

No início deste ano, tentaram transferir a produção de confecção para o nordeste. Mas a combativa greve de 48 dias com ocupação de fábrica em Aracajú fizeram os patrões mudarem seus planos. Agora vemos novamente tentativas de transferir a produção. Na fábrica de Sorocaba estão

trabalhando 30 grupos e sendo montados mais 10. É preciso nos organizar para resistir ao ataque dos patrões aos nossos empregos. Ao primeiro sinal de demissão ou do fechamento da confecção, devemos ocupar a fábrica e resistir como fizeram os companheiros de Aracajú.

Qualidade/produção - Alpargatas: mais exploração!

A Alpargatas está concedendo um "prêmio" de 400 dólares à sugestão apresentada por funcionário e aprovada para implementação. Os chefes receberão sua "comissão" de 20% do valor do prêmio.

O objetivo da empresa é melhorar a qualidade e produtividade. Quer dizer, fazer produtos melhores e em maior quantidade, enquanto continua com o mesmo número de empregados (ou até menos) pagando-lhes o mesmo salário de fome. Isto é, aumenta a superexploração sobre os trabalhadores.

Aplicando as sugestões dos operários, a

empresa poderá aumentar enormemente seus lucros, muito mais que os miseráveis 400 dólares (que aliás devem ser o piso salarial da categoria).

Sem dúvida os operários, ligados diretamente à produção podem melhorar enormemente a qualidade dos produtos e fazê-los com mais eficiência. Mas para que isso aconteça, é necessário o controle operário da produção. Enquanto a produção estiver sob controle dos capitalistas, o aumento de qualidade e produtividade só acontecerá com mais exploração e mais desemprego.

TÊXTEIS DE SÃO BERNARDO E DIADEMA: Organizar a luta contra as demissões e pelo piso de 180 mil

Na categoria dos têxteis de SBC e Diadema os empresários estão demitindo e pagando salários baixíssimos.

Na FIAÇÃO PES-SINA, os salários são tão baixos e práticos para ficar mais baixo ainda o patrão mandou demitir os operários mais velhos de casa que ganhavam pouco mais que CR\$ 1.000 de diferença dos mais novos. Assim pôde

contratar novos operários pela metade do preço. Além disso, mantém o supervisor Edivaldo exigindo que os operários não parem de trabalhar um minuto, pressionando com ameaças de demissão ou de demissão por justa causa.

Isso só acontece porque a diretoria do sindicato não faz nada para que os operários se levantem contra essa ex-

ploração.

É preciso organizar a luta contra a exploração, exigindo que o sindicato chame a assembléia para organizar a luta pelo piso de 160 mil e contra as demissões. É preciso avançar a organização dos grupos nas fábricas para impulsionar a luta e para construir uma nova direção para o sindicato.

Construção Civil do ABC:

Organizar os grupos de obra

Na construção civil existem inúmeras empreiteiras que cometem muitas irregularidades. Além de pagar pouco, não pagam no dia certo; cobram caro o vale-refeição; não dão equipamento de segurança contra acidentes, etc.

A diretoria do sindicato diz que está tomando providências. Provavelmente são providências para ajudar os patrões, pois os problemas aumentam mais ainda a cada dia que passa.

É preciso organizar essa discussão dentro das obras, para construir as comissões de fábricas, que impulsionarão a luta contra essa super-exploração capitalista.

Preparar a greve geral por tempo indeterminado

Securitários: Assembléia geral - para preparar a campanha salarial

A categoria securitária vive hoje a maior pobreza de sua história. A maioria dos salários não chegam a CR\$ 60 mil. As antecipações de 20% concedidas em junho pelas grandes empresas ligadas a bancos foram encaradas como esmola, uma vez que as perdas salariais superam 100%.

Além dos baixos salários, teve demissões em mais de 20% das folhas de pagamentos, o que trouxe mais sobrecarga de trabalho com a exigência de horas-extras e o aumento do ritmo de trabalho.

Esse quadro de superexploração existe em função da crise do regime capitalista, onde os burgueses para manterem seus lucros, arrocham os salários e demitem parte da mão de obra, para baratear mais ainda a força de trabalho. E o fazem por não encontrar nenhuma resistência da categoria. A desorganização da categoria existe em função do imobilismo da burocracia sindical, que hoje encontra-se atolada numa profunda crise interna em torno da corrupção do aparelho.

É preciso exigir uma assembléia geral para que a categoria inicie a preparação da Campanha Salarial, visando a unificação do conjunto da classe para lutar pelas reivindicações: reposição das perdas, escala móvel de salários e de horas de trabalho, piso de 160 mil, estabilidade, comissões de empresa, etc.

Cabe a OPOSIÇÃO iniciar essa discussão na classe, reagrupando os ativistas e formando os grupos por empresa.

PANAMERICANA: Organizar a luta contra a repressão e exploração

Na Panamericana, empresa do grupo Sílvia Santos, a repressão vem aumentando diariamente.

Diante do acúmulo de serviço, alguns setores vêm exigindo que os funcionários façam horas-extras no fim do expediente e até nos finais de semana.

O vale-refeição deveria ser de CR\$ 1200. No entanto, a empresa vem oferecendo um de CR\$ 700, o que tem obrigado a maioria dos funcionários não almoçarem durante 15 dias, porque os salários são tão baixos que não dão para completar o valor da refeição.

Esse quadro de superexploração tende se agravar mais ainda, pois diante da crise o Sr. Sílvia Santos querendo aumentar seus lucros não hesita em arrochar os salários, demitir funcionários

sem mais nem menos (recentemente foi o pessoal da técnica), cobrar dos funcionários 25% do valor do vale-refeição, quando já abate o valor integral do Imposto de Renda, etc.

Quanto mais os funcionários se submetem a essas exigências, mais o empresário explora e menos os funcionários recebem, pois não conseguem recuperar o poder aquisitivo e o serviço continua atolado.

Para resolver esses problemas é preciso organizar um movimento forte dos funcionários contra isso, a partir da formação dos grupos de discussão por andar, seção, etc. Ao mesmo tempo é preciso exigir da burocracia sindical que convoque uma assembléia geral, visando unificar o conjunto da categoria para lutar contra a exploração capitalista.

Telesp

Campanha Salarial navega num mar de lama

A atual direção do sindicato deu início a campanha salarial e, novamente, a pauta de reivindicações não traz nenhum índice e tampouco se posiciona sobre questões essenciais, colocadas pela política pró-imperialista do governo.

A privatização, por exemplo, está por um fio. Pleury já se posicionou favoravelmente. O plano de custos de 92 prevê a privatização até julho de 92, o que implica em mais desemprego. A direção do sindicato sequer toca no assunto.

O escândalo envolvendo a administração anterior da Telesp lesou a população e os funcionários da empresa. O Sr. Antonio Ignácio de Jesus saiu da Telesp com um patrimônio de US\$ 3,5 milhões. Enquanto que os trabalhadores sequer conseguem pagar direito o aluguel. E a direção do sindicato? Silenciosa...

O escândalo da especulação dos títulos da Telebrás no mercado financeiro, privilegiando o capital estrangeiro, portanto, vendendo o patrimônio nacional para os imperialistas, acabará por jogar parte dos trabalhadores no olho da

rua, também corre solto. E a direção do sindicato? Como uma educada plateia de pelegos, assiste a tudo em silêncio, pronta para aplaudir no final...

Companheiros, contra essa situação calamitosa o caminho é o da luta coletiva (grevista) e da organização da oposição sindical classista que reaja a todo esse mar de lama que inunda a empresa e contra a superexploração. De nada adiantam documentos chorosos como o que o Sr. Natal Leo encaminhava para o ministro em 06.09.91. Como pauta, se coloca:

- piso do diáese (250 mil), com escala móvel de salário;

- reposição de todas as perdas (estimadas em 500%);

- pela garantia de emprego contra a privatização e o emendão de collar;

- pela estabilidade

- greve por tempo indeterminado pela reposição de todas as perdas e pela garantia de emprego.

Chega de conversa mole, somos nós que muitas vezes não podemos ir trabalhar por não termos o dinheiro da condução.

Aristom III faz assembléia e aplica revogabilidade

A Associação de Moradores do Aristom III (Carapicuíba-SP) realizou uma assembléia e votou pela substituição dos membros da direção que não estavam cumprindo seu compromisso com a população do bairro.

Aplicou, assim, a democracia operária, que tem como princípio a revogabilidade de mandato. Cabe agora reconstruir a direção para impulsionar a luta pelas reivindicações do bairro: extensão da linha de ônibus VI. Menck, asfalto para as ruas do bairro, água encanada para ruas que já existem há mais de 10 anos e o terreno para construção da sede da entidade.

Somente a mobilização poderá trazer conquistas para os moradores desse bairro operário. Isso implica em aumentar a participação dos moradores na associação e a conscientização de que a luta pelas reivindicações é uma luta contra a opressão capitalista.

Construir os grêmios estudantis

Sem organização dos grêmios livres não é possível aos estudantes enfrentarem a enorme crise capitalista que atinge a maioria do país. A dispersão dos estudantes nas milhares de escolas impede que a juventude tenha capacidade para se manifestar e se opor à política antissocial do governo.

Ocorre que somos uma importante força social, que não pode permanecer passiva frente aos acontecimentos políticos, econômicos e educacionais. Por temer a construção do movimento estudantil e a politização da massa jovem, o governo exige que a burocracia administrativa escolar reprima a livre manifestação.

Na maioria das escolas, ou se impede a formação de grêmios ou então os colocam sob o controle dos diretores.

Aburocracia repressiva combate a politização dos estudantes, porque esta lhes abre a consciência e lhes torna uma força social na luta de classes.

Sem os grêmios livres, os estudantes ficam à mercê dos diretores e dos professores conservadores, não podem alcançar independência política e social, necessária para independência intelectual.

A submissão da massa estudantil à disciplina reacionária e obscurantista de pseudo-educadores a torna submissa perante o Estado e os governos burgueses.

Aluta pelo grêmio livre, pela livre expressão e manifestação dos estudantes se torna urgente frente ao desenvolvimento da crise econômica e social.

..... POLÊMICA

A LIT (QI) é marxista ?

A Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) é uma corrente política que se reivindica do marxismo, portanto do trotsquismo. Seu principal centro organizativo está na Argentina, representado pelo Movimento ao Socialismo (MAS), cujo principal construtor foi Nahuel Moreno. No Brasil, a Convergência Socialista responde pela LIT (QI). Desde junho, o Comitê Executivo Internacional vem promovendo discussões internas, cujo documento central é o das formulações da política internacional.

Grande parte do Boletim Internacional se dedica à análise dos acontecimentos do Leste Europeu. É de grande importância também as colocações sobre a crise na América Latina. O que caracteriza a posição dos morenistas é o revisionismo do Programa de Transição da IV Internacional. Esta corrente obscurece a essência programática do marxismo, que é a estratégia da ditadura proletária. Na verdade, nega os princípios da revolução proletária desenvolvidos pelo marxismo.

Ao se colocar perante a grande crise do estalinismo, a LIT revela posições claramente antitrotsquistas. Elabora a linha do socialismo democrático, que se contrapõe à tarefa de restabelecer a ditadura do proletariado, degenerada completamente pela ditadura estalinista, que aboliu a democracia soviética da origem da revolução russa. A destruição do totalitarismo estalinista só virá com o restabelecimento do Estado Operário, que, nas condições de dominação imperialista mundial e restabelecimento de tendências pró-capitalistas na própria União Soviética, terá de assumir a forma da ditadura revolucionária do proletariado.

Não é por acaso que Gorbachov

e a social democracia imperialista desenvolvem a bandeira do socialismo democrático. A LIT ao levantar a bandeira do socialismo democrático reflete sua adaptação à grande pressão internacional da social-democracia. Não é de se estranhar o fato das análises sobre o Leste Europeu considerar que já há uma revolução política, baseando-se em grande parte no espontaneísmo das massas. Isto revela como a LIT é inconsequente em seu reconhecimento da crise de direção. A ausência do partido revolucionário, ou seja da IV Internacional, pesa decisivamente na revolta das massas, que é canalizada pelas direções pró-capitalistas. O espontaneísmo e o mecanicismo são típicos da análise dos fatos feitos pela LIT. O mesmo ocorre com sua caracterização triunfalista da situação revolucionária mundial, para a qual a ausência dos partidos marxistas não comparece com seu real significado histórico, bem como o avanço mundial da reação imperialista, embora o capitalismo se decomponha no mundo inteiro e a luta de classes se agudize.

Nas teses do Leste Europeu, chega ao absurdo de afirmar que depois da derrubada do muro de Berlim a teoria marxista não poderá ser mais a mesma. Ora, para os revisionistas, o que houve na Alemanha não foi uma anexação capitalista, e sim a unificação revolucionária graças à ação das massas. Está aí a que leva a visão do socialismo democrático. Considera também que a renovação das ditaduras militares, como na Argentina, Brasil, etc, foi obra de revoluções democráticas, quando na realidade não passou de reordenamento no poder burguês sob o controle do imperialismo. Por essa análise, os processos eleitorais parecem como fatores revolucionários.

Os fenômenos eleitorais como o PT são exaltados. O impressionismo eleitoral é próprio de uma corrente que nega formular um programa que tenha por essência a revolução violenta, e caminha nos trilhos do pacifismo democratizante. Esta posição é o reflexo da estratégia democrática do governo dos trabalhadores, que se opõe à revolução e ditadura proletárias. A experiência da LIT no Brasil demonstra como os morenistas fizeram de tudo para se adaptar ao eleitoralismo do PT, procurando ser sua ala esquerda democrática.

Esta diretriz está de acordo com vêem o problema da construção do partido. Um fenômeno tipo PT, ou seja, um partido de massa eleitoral, serve de substitutivo para o partido leninista. Verificamos que a LIT se contrapõe à necessidade de formação histórica do proletariado através do partido marxista-leninista-trotsquista, estado maior da revolução, pois adota a linha revisionista da construção dos PTs reformistas e FUR. O mesmo acontece com a posição de impulsionar os partidos trotsquizantes, que de resto não sabemos o que é.

Não há provas mais evidente de que a LIT (QI) se constrói fora dos princípios básicos do Programa de Transição, que deve servir de instrumento para construir os programas nacionais internacionalistas. Cabe à militância de base da LIT questionar o revisionismo do trotsquismo e romper com a linha do socialismo democrático, do governo dos trabalhadores eleitoral, da falsa revolução democrática e dos partidos democráticos eleitorais de esquerda, defendendo a estratégia da ditadura proletária, da revolução violenta e da construção da IV Internacional trotsquista sobre a base dos partidos marxistas.

Campanha contra a perseguição a Guillermo Lora

No início de agosto, Guillermo Lora, dirigente do POR boliviano e importante teórico do marxismo, foi preso no cárcere São Pedro a mando do milionário Max Fernandez Rojas, empresário do ramo de cervejaria e conhecido narcotraficante. A acusação, acolhida por um juiz corrupto, foi a de que Lora havia lançado, em um programa de rádio, dúvidas sobre "a imensa fortuna que possui o chefe da Unidade Cívica Solidariedade" (Hoy, 7/08). Em nota à imprensa, desde o cárcere, Lora responde que sua prisão "é uma manifestação da luta de classes que se dá entre o proletariado, pelo POR, e a burguesia, desta vez, encarnada por Max Fernandez" (Presencia, 07/08).

Dada a grande mobilização e indignação da opinião

pública, inclusive de partidos burgueses, Lora foi libertado. Porém, os advogados do narcotraficante estão recorrendo à decisão para novamente encarcerar Lora. O Comitê de Defesa e Liberdade de Guillermo Lora chama a organizar a luta contra a sanha patronal. Está colocada, enquanto perdurar a ameaça de prisão, a realização de uma campanha internacional de defesa do dirigente do POR.

As seções do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional se colocam neste sentido, e chamam os sindicatos e correntes políticas democráticas e de esquerda a enviarem moções ao governo boliviano, ao parlamento e à justiça pelo fim da perseguição política.

A luta contra a condenação de Boni e Romildo continua!

É impossível que em janeiro a justiça julgue definitivamente o processo contra Manoel Boni e Romildo Raposo, acusados de defenderem a ocupação de terras e lutarem ao lado dos sem teto da Vila Socialista. O movimento operário e popular e todas as correntes que se reivindicam

dos trabalhadores não podem se furtar a defender o fim dos processos e perseguições. Que se enviem moções ao governo e à justiça exigindo plena absolvição, pois não há o que julgar, a não ser a própria repressão policial sobre os movimentos.

O PT e o golpe na URSS: Genuino, com Gorbachov

Em seu artigo "Golpe Inaceitável", o deputado petista José Genuino rebate o golpe, porém, em defesa de Gorbachov e sua Perestroika-Glasnost. O conhecido ex-guerrilheiro do Araguaia, ex-PCdoB e Ex-PRC condenou o golpe porque interromperia a marcha das reformas pró-capitalistas, desencadeadas por Gorbachov, e responsável por todas as mudanças no Leste Europeu. Vangloria o fato das transformações na Rússia e Leste Europeu terem posto por terra "todo um período histórico marcado pela bipolarização do sistema internacional".

Por esta linha de raciocínio conclui: "O aprofundamento da democracia e o desenvolvimento de uma política externa de não confrontação e de integração internacional por parte da União Soviética são vitais para fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos e favorecer o aparecimento de um mundo multipolarizado, pacífico e com relações mais fraternas".

Como beato humanista, Genuino confessa sua con-

versão aos interesses do imperialismo. A chamada quebra da bipolarização e integração internacional da Rússia nada mais significa do que a restauração capitalista em suas fronteiras e fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos, que o parlamentar do PT disfarça com seus desejos de multipolarização.

Desde quando será possível a paz fraterna no sistema burguês imperialista? Parece que Genuino já se esqueceu que Gorbachov se uniu a Bush para arrasar o Iraque e fortalecer a hegemonia dos EUA!

A derrocada das conquistas da Revolução Russa, sob o comando do estalinismo gorbachoviano, retardará o caminho da cooperação fraterna entre os povos, que só poderá se dar com a destruição do regime capitalista de exploração e construção de uma Confederação Socialista Mundial, que conduza à etapa superior do comunismo (fim das classes, extinção da função classista do Estado e desenvolvimento em grande escala das forças produtivas).

PCdoB

João Amazonas com os golpistas

O dirigente do PCdoB diz não conhecer (no momento da conflagração) os objetivos dos golpistas que destronaram Gorbachov do Kremlin. Mas sabe que "certamente sua finalidade não é restaurar o socialismo na URSS". Mesmo assim, conclui que "os acontecimentos são alvissareiros, porque a derrubada de Gorbachov interrompe um processo regressivo que se arrasta no país há muitos anos". Apoiava francamente o golpe ditatorial da KGB, exército e camarilha do PCUS.

Se o golpe triunfasse, o Comitê de Estado teria de impor um regime de terror do tipo chinês ou da época de Stalin, para massacrar os movimentos nacionais e impor às massas maiores sacrifícios. E a orientação geral não deixaria de ser a da restauração capitalista.

O Sr. João Amazonas não pode conceber que, se só "as forças vivas do povo soviético" podem reconduzir a Rússia para o socialismo, terão de lutar contra qualquer forma de totalitarismo estalinista, bem como contra os disfarces da democracia pró-capitalista de Gorbachov.

Os capituladores se opuseram ao golpe para defender a Perestroika; e os estalinistas da velha estirpe se juntaram ao totalitarismo para negá-la. Ambas as posições não podem entender que se trata de variantes estatais estalinistas em desagregação e em luta aparelhista, que de uma maneira ou de outra conduzem à restauração capitalista.

O PCdoB, de tanto combater o trotsquismo, não pode aceitar o acerto histórico de Trotsky, que caracterizou o estalinismo como um instrumento para a futura destruição do germe comunista na Rússia, que agora se confirma plenamente, e levantou a tarefa da revolução política.

São os grandes acontecimentos que mostram a verdadeira política de um partido. O apoio ao golpe totalitário é reacionário, assim como à Gorbachov.